



CONGRESSO NACIONAL

Senado Federal
Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 8/2/2010 às 18h
José Soares / Matr.: 31577

MPV - 479/09

00117

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 08/02/2010	proposição Medida Provisória nº 479/2009			
autor DEP. NORUILO GONCALVES - PSDB	nº do prontuário			
1 ☐ Supressiva 2. ☒ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global				
Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA SUBSTITUTIVA

Dê-se ao art. 27, da MP 479, de 2009 a seguinte redação:

"Art. 27, da Lei nº 11.907, de 2009, passa a vigorar com os seguintes dispositivos:

Art. 27. Os cargos efetivos vagos de níveis superior e intermediário, redistribuídos para os Quadros de Pessoal dos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, para a recomposição da força de trabalho, poderão integrar os Planos Especiais de Cargos dos órgãos ou entidades para os quais tiverem sido redistribuídos, desde que observem o nível de escolaridade exigida para o ingresso e as atribuições sejam iguais ou assemelhadas."

JUSTIFICATIVA

O Inciso II do dispositivo da norma estabelece indevida vinculação entre a "denominação do cargo", com suas respectivas "atribuições", e as "denominações" e "atribuições" dos cargos novos, exigindo que estas sejam as mesmas do cargo de origem, medida que torna praticamente impossível a adequação do serviço público à nova realidade dos serviços, à introdução de novas tecnologias, meios e métodos de trabalho.

Portanto, que o dispositivo em tela buscasse alargar ao máximo as possibilidades de "transformação" e "transposição" de cargos públicos ou, na pior das hipóteses, que materializasse a jurisprudência dominante nos tribunais pátrios (sobretudo no STF), nos quais a exigência é apenas que se mantenha o mesmo nível de escolaridade exigido para o ingresso, permitindo-se que as "atribuições" sejam assemelhadas, nada se restringindo quanto à denominação a ser dada ao cargo reestruturado.

Tem-se, ainda, como inadmissível que a norma legal exija - para que um cargo passe a compor um "Plano Especial de Cargos" - que este pertençam aos "Planos de Cargos" que deram origem ao novo "Plano Especial de Cargos", na medida em que tal restrição impede que cargos pertencentes a outros planos integrem o novo, em evidente prejuízo do aproveitamento de servidores públicos que vinculados a estes antigos planos de cargos e, em última análise, em ofensa ao próprio interesse público.

PARLAMENTAR

L 4 1 U

